



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA: ESTUDO PRELIMINAR
SOBRE PRÁTICAS DE AGRICULTURA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA
RODOVIA ESTADUAL PB 008 – JOÃO PESSOA/DISTRITO DE
JACUMÃ

RICARDO PEREIRA DE SOUZA

AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA: ESTUDO PRELIMINAR
SOBRE PRÁTICAS DE AGRICULTURA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA
RODOVIA ESTADUAL PB 008 – JOÃO PESSOA/DISTRITO DE
JACUMÃ

**Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de Geografia
da Universidade Federal da Paraíba,
para obtenção do grau de bacharel no
curso de Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior

João Pessoa – PB
Setembro de 2013

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

S719 Souza, Ricardo Pereira de.

Agricultura de beira de estrada: estudo preliminar sobre práticas de agricultura na faixa de domínio da Rodovia Estadual PB 008 – João Pessoa/Distrito de Jacumã / Ricardo Pereira de Souza. – João Pessoa, 2013. 45 p. : Il.

Monografia (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior.

1. Agricultura. 2. Agricultura Urbana. 3. Agronegócio.
4. Questão agrária – Paraíba – Brasil. I. Título.

BS/CCEN

CDU 631(043.2)

Termo de Aprovação

AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE PRÁTICAS DE AGRICULTURA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA ESTADUAL PB 008 – JOÃO PESSOA/DISTRITO DE JACUMÃ

Data: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior

Orientador

Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Sinval Almeida Passos

Universidade Federal da Paraíba

M.Sc. Luanna Louyse Martins Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – PB
Setembro de 2013

Agradecimentos

- Agradeço primeiramente a Deus por mais uma vitória em minha vida.
- Aos meus pais Antonio Victo e Maria das Graças, que me apoiaram o tempo todo durante o curso, pois sem eles nada eu teria conquistado na minha vida.
- Aos meus Geoirmãos Celio Leal, José Jurandir e Luan Simplício que não só durante o período da elaboração deste trabalho, mas por todo o curso, estiveram ao meu lado me apoiando.
- As minhas amigas de curso, de fé e de todas as horas, Annely Melo, Edilaine Simone, Julliane Crispiniano e Rejane Silva.
- Aos meus colegas de curso que me acompanharam até o final desta caminhada.
- Ao meu orientador, Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior, por todo apoio, orientação, dedicação e paciência a mim designada.
- À maioria dos professores por quem eu tive o privilégio de passar durante o curso.
- E para que não haja nenhum tipo de injustiça, também dedico àqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que tudo isso se tornasse possível.
- A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

A estrutura fundiária brasileira é marcada pela enorme concentração de terras e tem raízes históricas, que se intensificam a partir da valorização do agronegócio como principal eixo de desenvolvimento para o campo. Assim, cresce a demanda dos trabalhadores e movimentos sociais pelo acesso e posse da terra-trabalho. Na Paraíba estes rebatimentos são observados na ocupação e uso de terras marginais das rodovias, como alternativa de ocupação dos pequenos produtores rurais e desempregados, nas margens da PB 008. Analisando as contradições desse processo, sustentamo-nos em leituras teóricas e posteriormente práticas sobre o comportamento do trabalhador rural. Entre as cercas das propriedades privadas e as rodovias aparece o meio de trabalho rural. Os sujeitos que trabalham e a forma como usam a terra nos mostram o peso que a terra tem enquanto meio de produção/sobrevivência. É nesse contexto que se encontra o campo paraibano e muitos outros estados do país, mantendo grande parte dos pequenos produtores excluídos do acesso à terra.

Palavras-chave: Agricultura nas margens da PB 008, Comercialização na rodovia, Agronegócio e terra.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian structure is marked by the large concentration of land and there is historical roots that intensify at the moment of agribusiness valorization as the main way of the field development. So, like that grows up the need of workers and social movements to access and possession of land. At Paraíba this events are observed on the occupation and use of marginal lands on the roads as alternative occupation of small rural producers and jobless on the borders of PB – 008 road. Analyzing the contradiction of this process the study was based on theoretical readings and after in practical works about behavior rural workers; Between the fences of private acres and the roads, we have the mean of rural labor, the blokes who works and the way as they use the lands shows the weight that the land has while mean of production / survival. It is in this context that we find the situation of the field in Paraíba, where it's not different of the others states in our country, they live in a complicated situation.

Keywords: Agriculture on the borders of PB – 008 road. Marketing on the highway. Agribusiness; Land.

Lista abreviaturas

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

DER/PB – Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba.

EMEPA/PB – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A.

EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas.

GPS – Global Position System.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

USP – Universidade de São Paulo.

Lista de Figura

Figura 1 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Paraíba 1970/2006.....	25
Figura 2 – Principal entrada da rodovia PB 008.....	27
Figura 3 – Localização dos municípios com a sua posição em relação ao Estado da Paraíba.....	28
Figura 4 – Limite entre os municípios de João Pessoa e Conde – PB.....	29
Figura 5 – EMEPA/PB localizada nas margens da PB 008.....	29
Figura 6 – Associação dos Agricultores de Barra de Gramame Conde – PB.....	33
Figura 7 – Local de origem dos trabalhadores rurais da PB 008.....	34
Figura 8 – Tempo de produção dos trabalhadores rurais da PB 008.....	35
Figura 9 – Tipo de produção cultivada pelos trabalhadores rurais da PB 008.....	36
Figura 10 – Plantação de inhame na área de reserva. Roça do entrevistado 1.....	37
Figura 11 – Plantação de milho na área de reserva. Roça do entrevistado 3.....	37
Figura 12 – Destino da produção dos trabalhadores rurais da PB 008.....	38
Figura 13 – Comercialização da produção nas barracas as margens da PB 008.....	39
Figura 14 – Disposição das barracas na rodovia PB 008.....	39
Figura 15 – Produção animal dos trabalhadores rurais da PB 008.....	40
Figura 16 – Tamanho da área de produção dos trabalhadores rurais da PB 008.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Objetivos	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
Procedimentos Metodológicos.....	16
1. ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAÍBA.....	17
1.1 A reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos no campo brasileiro.....	17
1.2 Estrutura Agrária na Paraíba	24
2. CARACTERIZAÇÃO DA RODOVIA PB 008 – JOÃO PESSOA/DISTRITO DE JACUMÃ.....	27
3. A COUPAÇÃO E USO DAS TERRAS MARGINAIS NA RODOVIA PB 008.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

A questão da concentração fundiária no Brasil é uma problemática que nasce com a formação territorial brasileira, por via do sistema de capitanias hereditárias, sendo legitimada posteriormente pela Lei de Terras de 1850. Tais medidas tinham como objetivo garantir o acesso privado da terra e não a sua distribuição, o que provocou concentração de poder nas mãos das elites do país.

Segundo Oliveira (2004), a espacialização do modo de produção capitalista no campo brasileiro e a valorização do agronegócio só contribuíram ainda mais para fazer do Brasil um “paraíso do latifúndio”. de acordo com o autor, a concentração de terras revela a barbárie no campo, pois ocorre a valorização e o fortalecimento do agronegócio, e, ao mesmo tempo, o aumento dos conflitos decorrentes da luta pela terra, em um país no qual os latifúndios continuam utilizando a terra improdutiva como reserva de valor e de poder político das classes elitizadas. Esse processo culmina em uma distribuição de terras injusta, muitas vezes assegurada pela violência das ações dos grandes proprietários rurais.

Tais acontecimentos vão interferir diretamente, por via da reestruturação produtiva, no mundo do trabalho. Através das políticas neoliberais, da flexibilização da produção, da desregulamentação dos direitos trabalhistas, converte-se a força de trabalho como meio de subsistência, numa mercadoria especial, única capaz de gerar mais-valia. Dessa maneira, a força de trabalho torna-se mercadoria para valorização do próprio capital. O trabalho neste processo passa a ser mais alienado, ou seja, o detentor da força de trabalho fica alheio, se desconhece ainda mais no processo produtivo que realiza. (ANTUNES, 2005).

Segundo Thomaz Júnior (2006), entre as facetas que o capital se utiliza para subordinar a classe trabalhadora no caso do campo, podemos destacar: o abafamento e a resistência dos camponeses e de qualquer movimento social; anteparar qualquer forma de tentativa de acesso à terra que não seja pelo ato da compra; precarizar as condições de trabalho; aumentar a jornada de trabalho; aumentar o emprego de mão-de-obra infantil; desempregar assalariados; fragilizar relações de trabalhos formais; aumentar o número de terceirizados; diminuir salários, dentre outras.

Outro fator que causou a intensificação do processo de exclusão e superexploração da classe trabalhadora pelo capital, que por sua vez foi anterior a reestruturação produtiva, foi a inclusão de técnicas e maquinários na agricultura. A automatização do trabalho no campo acarretou uma grande expulsão dos trabalhadores rurais que dependem do campo para a sua reprodução social.

Nessa perspectiva, o presente estudo trata dos problemas que envolvem a questão agrária paraibana e, em específico, a ocupação produtiva das margens da PB 008, no trecho situado entre João Pessoa e o município do Conde, Estado da Paraíba.

Os rebatimentos da forte concentração fundiária no estado da Paraíba se apresentam na ampliação de movimentos de luta pela terra por um lado, e, por outro lado, na alternativa de ocupação das margens das rodovias. Neste contexto, insere-se a rodovia Estadual PB 008, que em seu traçado perpassa o município do Conde-PB, na qual se encontra a área de estudo desta pesquisa. Essa área é composta por uma ocupação de pequenos produtores rurais, desempregados, assalariados da cana-de-açúcar, além de trabalhadores informais.

Temas como reforma agrária, agricultura urbana, soberania alimentar e agronegócio, podem delimitar a discussão e análise de um tipo de exploração agropecuária marginal, que se realiza a revelia das políticas públicas para o setor.

Ressalta-se que a questão principal desta atividade se constitui em uma prática por necessidade, se planta, se colhe, se cria, se coleta e se vende nas faixas de domínio público das rodovias com o intuito de alimentar, ao menos parcialmente, as famílias camponesas sem terra. Ainda que parte da produção possa ser designada à comercialização, a motivação central é a produção para o próprio consumo, ou seja, a utilização da terra para fins de subsistência, o que lhes possibilita a reprodução social enquanto produtores rurais marginais.

Essas produções podem se ampliar por longas distâncias da residência dos produtores. Os cultivos e as áreas onde o gado pastoreia estão fora do alcance da moradia destas populações, dilatando a produção camponesa baseada em pequenas propriedades, as quais aproximam os espaços de residência e trabalho. embora haja exceções, geralmente estas atividades estão no mesmo domínio de residência dos camponeses. Por outro lado, nas margens das rodovias, o lugar de produção pode estar longe de suas moradias e ainda, o lugar de produção está desprotegido. Isto significa dizer que o controle sobre o espaço de uso ou cultivo dos camponeses é muito delicado devido às peculiaridades, inclusive físicas, do lugar de produção. Esses cultivos não apresentam nenhum tipo proteção, ficando sujeitos a serem saqueados e até mesmo destruídos pela população.

Embora espremida em poucos hectares de terra, a pequena propriedade camponesa gera mais trabalho do que os grandes latifúndios. A resposta para esse fenômeno não pode ser explicada apenas pela modernização e tecnificação (substituição do trabalho humano pelo trabalho de máquinas) de parte das grandes propriedades, mas, principalmente, pelo apoderamento de terras por latifundiários que tendem a utilizá-la como reserva de valor, como instrumento de especulação e como recurso de poder político (MITIDIERO, 2010).

De acordo com Mitidiero (2010), a concentração da maioria das terras nas mãos de poucos proprietários e a expulsão dos não-proprietários que, por diferentes formas de relação de trabalho ou por contratos, procuram saídas para estar e produzir no campo, resulta em uma massa de camponeses sem terra que passam a encontrar na estrada uma alternativa (que talvez seja a única) de reprodução social. A estrada, portanto, é entendida aqui como o lugar da luta pela terra desenvolvida pelos movimentos sociais (acampamentos, bloqueios, marchas, etc.), e como rodovias nas quais camponeses sem terra produzem alimentos para a subsistência de suas famílias.

Uma vez expropriados de seu meio de produção – a terra –, os camponeses são forçados a procurar outros locais de trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência, sejam elas nas margens das rodovias ou em qualquer outro lugar que se possa produzir ao menos para subsistência. Mesmo que se instalem em áreas inadequadas e/ou irregulares, os trabalhadores rurais resistem em um determinado território até que haja uma alternativa mais adequada para o desenvolvimento das atividades inerentes ao homem do campo.

Compreender os rebatimentos da reestruturação produtiva no campo nos remete a analisar o mundo do trabalho, a partir das mudanças severas de esfacelamento das leis trabalhistas dentro da dinâmica da luta de classes. É necessário entender que fazem parte da classe trabalhadora tanto os proletários, quanto os camponeses, pois de acordo com Thomaz Júnior (2004) a luta pela terra não se restringe ao universo da existência camponesa. Com isso, o camponês deve ser visto por outros olhos que percebam a fluidez de mundos e de relações no mundo do trabalho.

Objetivos

Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão agrária na Paraíba frente aos questionamentos e problematizações trazidos pelo uso das terras marginais da PB 008, que liga João Pessoa ao município do Conde-PB.

Objetivos Específicos

- Identificar os cultivos realizados, a existência ou não de conflitos pela terra entre trabalhadores rurais e o poder público, ou entre os próprios trabalhadores rurais, e o envolvimento com movimentos sociais;
- Identificar as causas que levam os trabalhadores do campo a utilizar essas terras, bem como a identificação dos sujeitos as usam.
- Compreender a ocorrência da divisão das terras entre os trabalhadores rurais que se utilizam das beiras de estrada;
- Identificar a finalidade das produções feitas por esses trabalhadores às margens da PB 008; se há embates com os órgãos públicos que são incumbidos de fiscalizar as rodovias, sendo eles o DER/PB (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba);
- Verificar se a atividade produtiva e comercial nas margens da rodovia constitui elemento fundamental na produção das famílias camponesas sem terra.

Procedimentos Metodológicos

Os aspectos a serem abordados neste trabalho basearam-se em três principais etapas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo (entrevistas) e interpretação, correlação e análise crítica dos dados.

A análise da metodologia de coleta de dados para este trabalho mostrou-nos que as características do lugar de produção causam dificuldades para o pesquisador. Um ponto de partida para essa análise surge do seguinte questionamento: onde encontrar a agropecuária de beira de estrada? Em tese, o pesquisador deve percorrer as rodovias para identificar tal prática, entretanto, se essa procura for feita de forma aleatória, pode-se chegar a amplos deslocamentos que podem inviabilizar a pesquisa. Nessa busca, alguns indicativos são importantes: 1) buscar rodovias que atravessem áreas de grande concentração de terra, como por exemplo, nas áreas dominadas pelas monoculturas do agronegócio; 2) buscar rodovias que atravessem pequenos municípios, vilas ou povoados com fortes características rurais. O fato de existir populações em pequenos municípios ou em povoados localizados em áreas próximas às grandes monoculturas ou aos grandes latifúndios indica evidentemente forte concentração de terra. Talvez seja esse o binômio perfeito para encontrar agropecuaristas marginais.

A pesquisa fundamentou-se em um primeiro momento no levantamento bibliográfico, no qual realizamos um levantamento de estudos acerca do tema pesquisado na Biblioteca Central da UFPB e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Leituras de OLIVEIRA (2004), THOMAZ JÚNIOR (2004), entre outros, foram de suma importância para a análise reflexiva.

Realizamos também a pesquisa empírica na rodovia estadual PB 008 a partir da elaboração e aplicação dos questionários e entrevistas, fundamentais para a compreensão e constatação das transformações ocorridas. Os questionários foram aplicados com oito famílias, formando um total de 48% dos trabalhadores marginais que compõem a área em pesquisa. Após aplicação dos questionários foi feita a análise das descrições dos dados obtidos. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram um gravador do tipo MP3, máquina fotográfica e um caderno de anotações. Os três trabalhos de campo foram realizados nos dias 26/05/2013, 21/07/2013 e 22/08/2013.

Após a obtenção dos dados foi realizada a interpretação, correlação e análise crítica dos mesmos.

1. ANALISE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAÍBA

1.1 A reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos no campo brasileiro

A estrutura fundiária brasileira apresenta uma grande contradição, pois o país possui grandes extensões de terras agricultáveis, ao mesmo tempo em que mantém inúmeros trabalhadores lutando para ter acesso às mesmas.

A concentração fundiária no Brasil não é uma característica recente. Conforme Martins (2008), tal acontecimento remonta ao período colonial da história brasileira, tornando-se assim um fato histórico que se reconstrói e se recria com o passar do tempo. A desigual distribuição das terras em nosso país é fruto direto das capitanias hereditárias, como também do regime das sesmarias. A promulgação da Lei de Terras em 1850 ocorreu de forma estratégica, pois foi instituída anos antes da abolição da escravidão (1888), evitando que as classes menos favorecidas tivessem acesso à terra. Esta lei declara em seu artigo 1º que, “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Desta forma, fica instituída e legitimada a concentração fundiária no nosso país, baseada no monopólio da terra por uma classe, enquanto o número de trabalhadores rurais sem terra segue aumentando de forma exponencial.

Devido a todo esse processo histórico que ocorreu no Brasil é que as terras encontram-se dominadas por um pequeno grupo de oligarcas, que possui ainda em suas mãos o poder político do país. O poder político dos proprietários de terra, evidencia-se na atuação da bancada ruralista, que usa a lei a seu favor buscando alternativas jurídicas para inviabilizar as estratégias de luta dos movimentos sociais e outras entidades que levantam a bandeira da reforma agrária, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Essa estrutura histórico-social do campo no Brasil é intensificada com a reestruturação produtiva do capital, que provoca rebatimentos na classe trabalhadora, seja ela urbana ou rural. A crise do capital de 1970 bem como a reestruturação produtiva a ela correspondente chega ao campo brasileiro. Conforme salienta Antunes (2005), o período que incidiu a expansão e acumulação de capitais provenientes da fase fordista e keynesiana, fez nascer no capitalismo uma profunda crise estrutural, esta crise é consequência da:

“queda da taxa de lucro, dada pelo aumento da força de trabalho conquistado no pós-guerra e intensificado nos anos 60; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/Fordista de produção pela incapacidade de responder ao consumismo acelerado; hipertrofia da esfera financeira que ganhava autonomia frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Estado de “bem-estar social”, retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; incremento acentuado das privatizações, desregulamentando a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2005, P.29)”.

Com isso a sociedade contemporânea congrega os mais diferentes proletariados na dinâmica do trabalho: “o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital; os assalariados das regiões agroindustriais; o proletariado moderno, que se caracteriza pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado da totalidade do mundo produtivo” (ANTUNES, 2005). Esse processo tem rebatimentos no operariado fabril por meio da redução do mesmo, desempossa inúmeros camponeses e, conseqüentemente, faz aumentar o número de desempregados, ocasionando mudanças no mundo do trabalho. Na corrida do capital para conseguir afastar-se da crise estrutural, várias são as alterações provocadas no campo brasileiro.

No espaço agrário brasileiro prevalece o padrão agroexportador das grandes indústrias do setor alimentício, baseadas na produção de monoculturas e agregadas aos ajustes do Banco Mundial. Este por sua vez, banaliza a reforma agrária, bem como as ações públicas adequadas aos trabalhadores, em particular aos movimentos sociais. Dessa forma aos camponeses são estabelecidos empecilhos de classe, paralisadas na negação do costume camponês/familiar de reprodução social, e aceitar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

O que alimenta e sempre alimentou este sistema é a expropriação permanente da mais-valia. Ressalta Oliveira (2007), que a disposição à inovação tecnológica se estende a partir do final do século XX, em meados de 1970, período em que o sistema sociometabólico do capital proporciona uma intensa crise estrutural de abrangência totalizadora. O capital implanta um conjunto de transformações no processo produtivo, com elevado grau de inovação tecnológica, com a inclusão de tecnologias em microeletrônica, da informação, em telecomunicação/rádiodifusão e da engenharia genética, designando as condições para a ampliação da produtividade e para a reestruturação das formas de produção pela máxima exploração da força de trabalho.

Ainda segundo a autora:

A tecnologia representa a condição de expansão do capital pela exploração do trabalho. Ela permite a redução do número de trabalhadores, intensificados a produtividade pelo aumento da intensidade do tempo e ritmo de trabalho. Todavia, mesmo com a incorporação de tecnologias no processo produtivo, outras formas de trabalho são engendradas pelo capital. Este continua se apropriando da força viva de todos os trabalhos no campo e na cidade, desde as novas formas de trabalho intelectualizado, fabril, formal, informal e até as não assalariadas, como a camponesa. Esta apropriação é a condição vital da existência e permanência do capital (OLIVEIRA, 2007, p.16).

A nova estrutura engendrada pelo capital mediante sua reestruturação no campo tem como modelo a agroindústria, amarrada na monocultura, dentro da lógica de acúmulo de riquezas. Portanto, as pequenas e médias propriedades, que são as menos beneficiadas perante o modo de produção capitalista, são as que asseguram de fato a reprodução social da população brasileira. Destaca Silva (2004), que a reprodução social é mais do que reprodução física, é mais do que o trabalhador ter uma remuneração que atenda suas necessidades animais, é a reprodução da vida do sujeito em sociedade. Todavia, a realidade brasileira revela que o explorado do campo não é sequer satisfeito em suas necessidades primárias. São diferentes lógicas que estão presentes no campo brasileiro, o trabalhador que vive ou carece da terra para trabalhar e produzir alimentos, e o empresário do agronegócio, norteado para exportação, concentrando terras e destruindo a natureza.

A industrialização da agricultura, estabelecida no processo de reestruturação produtiva do capital, originou transformações para o camponês, uma vez que o sistema vigente faz com que o camponês produza em alguns períodos somente para a indústria. Além disso, a lógica dominante na agropecuária acaba vinculando, em seu desenvolvimento contraditório, a unidade antes afastada agricultura/indústria. Isso significa dizer, que a partir da modernização da agricultura, as atividades agrícolas passaram a considerar cada vez mais as necessidades do setor industrial. Esse processo de modernização vinculado com a indústria no campo, ocorre quando o desenvolvimento capitalista revela sua expansão através dos processos de territorialização do capital monopolista e de monopolização do território pelo capital. Como bem salienta e esclarece Oliveira:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. (...) A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, soja, de laranja, de pastagem etc. Já o segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. (...) O próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (OLIVEIRA, 2004, p.42).

De tal modo, esses processos de territorialização do capital monopolista e de monopolização do território pelo capital, esclarecem o gargalo das mudanças acontecidas no campo. São esses os mecanismos usados pelos latifundiários para alcançar o lucro, expressão essa que determina a finalidade do sistema vigente. De acordo com Oliveira o Brasil tem:

[...] uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Portanto, a soma total destas áreas dá um total de 651,0 milhões de hectares, o que quer dizer que ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União. Mesmo se retirarmos 29,2 milhões dessa área ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e ocupadas por rodovias, e posses que de fato deveriam ser regularizadas, ainda restam 170,0 milhões de hectares. Essas terras devolutas, portanto, públicas, estão em todos os Estados do país. Entretanto, [...] não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua. Assim, os que se dizem “proprietários” estão ocupando ilegalmente estas terras. Ou seja, suas propriedades têm provavelmente, uma área maior do que os títulos legais indicam. [...] (OLIVEIRA *apud* CAMACHO 2011, p.48).

Encontra-se na essência do agronegócio, o desrespeito à biodiversidade na destruição do meio ambiente, a sabotagem das políticas de Reforma Agrária, a desmobilização da sociedade e dos trabalhadores, em especial, camponeses, quilombolas e povos indígenas e a ameaça à Soberania Alimentar. A soberania alimentar é algo que tem que ser garantido pelo aparelho do Estado, mas o que se constata é o Estado oferecendo incentivos e direcionando recursos para o domínio do

agronegócio, priorizando a exportação, em detrimento da produção para o consumo interno do país. A produção de cultivares que compõem a base da alimentação dos brasileiros encontra-se limitada e de certa forma ameaçada, tendo muitas vezes que importar alimentos básicos que fazem parte do costume alimentar do brasileiro. No que diz respeito à soberania alimentar, Thomaz Júnior aponta que:

A soberania Alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome. Estamos, então, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações, desempregados, desterradas, empobrecidas e famintas (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p.24).

O que é compreensível em todo esse processo citado acima, é que continuamente todo o motivo de acesso e regulamentação para com as terras brasileiras, alcança desfavoravelmente a classe trabalhadora em todos os aspectos e, sobretudo no que diz respeito ao campo do trabalho. E ao mesmo momento em que o capital subordina a classe-que-vive-do-trabalho, o mesmo exalta e garante a perpetuação da elite agrária no poder, garantindo e validando o agronegócio em detrimento das pequenas propriedades rurais.

O capital diante do seu desenvolvimento contraditório e desigual causa bastante desigualdade, que afeta não apenas o meio urbano, como também o meio rural. A organização da estrutura fundiária brasileira, concentrada e excludente, tem sua origem vinculada à formação territorial do Brasil, reproduzindo ao longo da história brasileira a presente e marcante concentração de terras nas mãos de poucos, estando este pouco representado e cimentado pela elite brasileira.

No período contemporâneo, mais precisamente início do século XXI, o que se verifica é a perpetuação de políticas de cunho colonial. O agronegócio é um exemplo, pois é uma política de produção de alimentos voltada para a exportação que, aportada na grande concentração de terra, reproduz a violência e a miséria para com os pequenos trabalhadores rurais. Essa organização econômica do país que privilegia a produção monocultora prejudica toda a sociedade, pois todos dependem de alimentos para a reprodução social. Dessa maneira, torna-se evidente a necessidade e importância da realização da política de reforma agrária enquanto forma de viabilizar a produção diversificada de alimentos e garantir condições dignas de reprodução social para a

classe camponesa.

Mediante a política de exportação do agronegócio é que entendemos o choque ocasionado por este em detrimento dos cultivos alimentares, prejudicando a produção de alimentos básicos para a população, pois a grande parte das terras brasileiras não produz para os brasileiros, mas sim para os estrangeiros. Conforme Oliveira:

Assim o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (OLIVEIRA, 2004, P.122).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se chega a ter superávit na balança comercial, contraditoriamente existem inúmeros brasileiros passando fome e vivendo em condições de miséria. Segundo Souza:

Para se ter uma ideia desta problemática, dados do IBGE (2008) apontam que enquanto a cana-de-açúcar sofreu um aumento de mais de 10% na área cultivada entre os anos de 1990 e 2008, os cultivos de arroz, feijão e batata sofreram neste período uma retratação de 24,9%, 8,9% e 9,4% respectivamente. E isto se processou ao mesmo tempo em que a população brasileira registrou um crescimento significativo, o que aponta para um aumento da demanda por estes produtos da cesta básica nacional (SOUZA, 2010, p.151).

Outra contradição que está engendrada por essa conjuntura, é o fato de que são as pequenas propriedades rurais que produzem mais, geram mais empregos, o que faz com que a mesma seja de suma importância para a sociedade.

No estado de Sergipe a realidade não é diferente, pois apesar de ser o menor estado da federação brasileira ele representa o décimo terceiro estado com maior concentração de terras no país, conforme o último censo agropecuário brasileiro realizado pelo IBGE (2006). Tal fato exalta ainda mais a busca pelo acesso a terra no estado. Lopes salienta que:

Em agosto de 2005, o INCRA contabilizava 130 conflitos de terra, envolvendo 10.323 famílias, de um total de 30 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra que se estima existir em Sergipe. Do ponto de vista da situação concreta do campo brasileiro, a constituição dos movimentos sociais, no período recente, pode ser vista como resultado das consequências estruturais do processo de modernização da agricultura: deterioração das condições de vida das populações rurais; expulsão de camponeses e trabalhadores agrícolas; manutenção especulativa de áreas inexploradas;

aumento do número dos agricultores sem terra, enfim, pela atualização da violência costumeira, nas palavras do professor José Vicente Tavares dos Santos (1998). (...) A história recente da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra (LOPES, 2007, p.2/4).

Uma das regiões no estado de Sergipe onde é muito explícita a concentração fundiária, é o vale do Cotinguiba, lugar de origem da cana-de-açúcar no estado, onde até os dias de hoje as elites controlam. A região é caracterizada pelas enormes lavouras da cana-de-açúcar, voltada para o agronegócio. Tal região possui clima quente e úmido bem como solos férteis, o que propicia o plantio da cana. A pesquisadora Shimada (2009) ao estudar os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva do capital e a exploração do trabalho na cana-de-açúcar na referida região argumenta que:

(...) o Brasil é o maior produtor no mundo, de cana, de açúcar e álcool, e o maior exportador mundial de açúcar e álcool. Para manter esse *boom*, o governo brasileiro tem incentivado a produção através de programas de crescimento no modelo do agronegócio em sintonia com os interesses do Banco Mundial e seus subsequentes órgãos de intermediações. Nesse contexto, o estado de Sergipe inicia um novo processo econômico pela produção da cana-de-açúcar, gerando uma nova configuração sócio-espacial na zona da mata sergipana. Nota-se que os pequenos produtores por não terem condições de participarem do mercado açucareiro ativamente, arrendam suas terras aos grandes proprietários. Onde o produtor se torna trabalhador, vendendo além da terra, a sua força de trabalho e de sua família numa relação de sobrevivência as intempéries do capital que prevalece no espaço agrário sergipano, em nova “roupagem” do agronegócio (SHIMADA, 2009, P.13/14).

Outra pesquisa realizada no estado de Sergipe (Alves 2011), mais precisamente no município de Areia Branca, explicita a carência de terras para os pequenos produtores tendo em vista a grande expansão do capital canavieiro na região. De acordo com a autora, foi constatada a carência de terras por parte dos trabalhadores, que em meio a tal fato buscam as terras limítrofes entre as grandes propriedades privadas e as rodovias, que por sua vez correspondem às faixas de domínio da União.

A ocupação é feita por trabalhadores da cana-de-açúcar quando estão fora do período de colheita da mesma, camponeses expropriados da terra após a instalação da Usina Pinheiro, ambulantes que vivem da venda de frutas dos pequenos sítios que possuem e ainda precisam utilizar as margens de terra da rodovia para ampliarem a renda, desempregados, ambulantes e aposentados.

No limite entre as cercas das propriedades privadas e as rodovias, surge o mundo do trabalho, os sujeitos que trabalham e a forma como se usa a terra. As roças observadas, os cultivos de subsistência, os animais e aves, mostram o peso que a terra tem enquanto meio de produção, mesmo que a posse não seja efetiva, mas é meio de efetivação da reprodução da vida dos trabalhadores. A ocupação e uso das margens de rodovias é uma dimensão observada no campo brasileiro e paraibano dando visibilidade à necessidade de acesso à terra como melhoria de condição de vida e alternativa à sociedade do capital, ao desemprego e a falta de condições dignas de sobrevivência.

1.2 Estrutura Agrária na Paraíba

A estrutura agrária da Paraíba há séculos vem sofrendo transformações pelo homem, que busca através da mudança de paisagem, seja ela rural ou urbana, sua melhor adaptação, procurando na terra alguma forma de sobrevivência.

Para Moreira (1997), o espaço agrário paraibano não compõe uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo da ação diversificada do homem sobre a natureza.

Com estas mudanças que o homem vem realizando não só sobre a estrutura agrária da Paraíba, como também em um âmbito geral, percebe-se que o campo se tornou no imaginário popular como algo atrasado e/ou inviável. Essa concepção faz com que os filhos dos camponeses que ali foram criados procurem alternativas de vida na modernidade dos grandes centros econômicos.

Essa saída do homem do campo reflete na diminuição das áreas plantadas com lavoura e pessoal ocupado nas atividades agrícolas, como podemos observar na figura a seguir:

Dados Estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	169 667	199 987	167 485	203 277	146 539	167 477
Área total (ha)	4 582 830	4 736 225	4 906 465	4 872 094	4 109 347	3 750 206
Utilização das terras (ha)						
Lavouras	1 181 862	1 141 061	1 380 662	1 229 195	640 874	704 690
Pastagens	2 056 596	1 969 250	1 819 075	1 981 566	1 851 934	1 997 909
Matas e florestas	505 558	733 328	808 445	766 365	691 925	1 167 936
Pessoal ocupado	584 656	799 632	648 607	763 963	479 987	489 403

Figura 1: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários da Paraíba – 1970/2006.

Fonte: IBGE 2006.

Como podemos observar na figura 1, entre os anos de 1970 a 2006 a área designada aos estabelecimentos agropecuários tiveram uma queda de aproximadamente 18%, e a área designada para lavouras em 1970 representava 26% de sua área total, e em 2006 este número caiu pra 19%.

Estes dados dão conta que a área destinada para produção agrícola com o passar do tempo está se limitando e fazendo com que haja uma necessidade de uma política eficaz para sanar este problema tão vivo nos dias atuais.

O estado da Paraíba analisado na figura 1, assim como outros estados brasileiros, revela as consequências que a má distribuição de terras pode gerar, ocasionando um abismo social através da miséria em que vive grande parte da sua população. Entre os graves problemas gerados pela desigualdade econômica e social que prevalecem no país, podemos destacar: analfabetismo, mão de obra desqualificada, baixa expectativa de vida para sua população, dentre outros.

Ainda como revela figura 1, em 1970 cerca de 45% de suas terras eram destinadas às pastagens, já em 2006 este número passou a ser de aproximadamente 53%.

Na última metade do século XX, a organização da atividade agropecuária no estado da Paraíba sofreu um intenso processo de modernização, circunscrita no contexto do processo da modernização conservadora da agricultura nacional. Tal modernização foi alavancada pelo Governo Federal após o golpe militar de 1964 através de incentivos e de políticas creditícias e fiscais específicas. Esse processo se deu de forma desigual quer em relação ao espaço, quer em relação às atividades exploradas. No caso da

Paraíba, ele beneficiou fortemente a atividade canavieira e pecuária, provocando uma reorganização na sua estrutura agrária com graves efeitos sociais e econômicos.

Segundo Varela:

No que tange ao setor canavieiro, este foi favorecido com o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 1975, que “financiou entre 80% e 100% o valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária” (id ibid: 106; 114), além de ter o mercado regulamentado. Tais políticas se cristalizaram através da incrementação de novas maquinarias, na utilização intensiva de fertilizantes e defensivos químicos e, sobretudo, na modernização e ampliação do parque industrial sucro-alcooleiro, com um complexo de 6 usinas e 13 destilarias. Tais medidas levaram ao aumento da produção açucareira de 1.433,2 mil t. em 1970, para 3.057,1 mil t. em 1980, representando um aumento da ordem de 48,9% (VARELA, 2006, P.140/141).

É pouco compreensível como em tempos modernos nos quais estamos inseridos num período de descoberta e inovação tecnológica, a área designada para pastagens esteja superior a área destinada à lavoura. Isso mostra que o Brasil de poucos, dentre eles os poderosos detentores dos meios de produção de riquezas, estão mais interessados na ceva de animais do que preocupados com os bens necessários à sobrevivência humana.

Os dados pesquisados pelo IBGE por meio do censo 2010 mostram que a Paraíba apesar de apresentar uma taxa de crescimento anual de 0,90% em sua população e ser um estado destinado à produção de bens agrícolas, utiliza a maior parte de suas terras para pastagens, isto explica a concentração dos latifúndios, que estão fazendo com que o pequeno produtor do campo migre à procura de sua sobrevivência nas grandes cidades, ou em busca de áreas marginais para produzir e retirar da terra sua subsistência.

2. CARACTERIZAÇÃO DA RODOVIA PB 008 – JOÃO PESSOA/DISTRITO DE JACUMÃ

Sendo uma via litorânea, a PB 008 permitiu uma redução considerável do percurso que liga a cidade de João Pessoa às praias do distrito de Jacumã. Com 70 quilômetros de extensão, esta nova estrada (PB 008) recebeu o nome de Rodovia Ministro Abelardo Jurema e tem início na Ponta do Seixas, em João Pessoa, seguindo o litoral em direção sul passando por Jacumã e continuando em direção às praias de Pitimbú e Acaú (limítrofes com o Estado de Pernambuco).

Identifica-se a seguir a ilustração da principal entrada da rodovia PB 008 que fica situada no bairro da Penha, João Pessoa-PB (figura 2).



Figura 2 – Principal entrada da rodovia PB 008.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 26.05.2013.

Logo abaixo, a figura 3 apresenta a localização geográfica dos municípios de João Pessoa e Conde em relação ao Estado da Paraíba. E a figura 4 ilustra o limite entre os municípios de João Pessoa e Conde – PB.

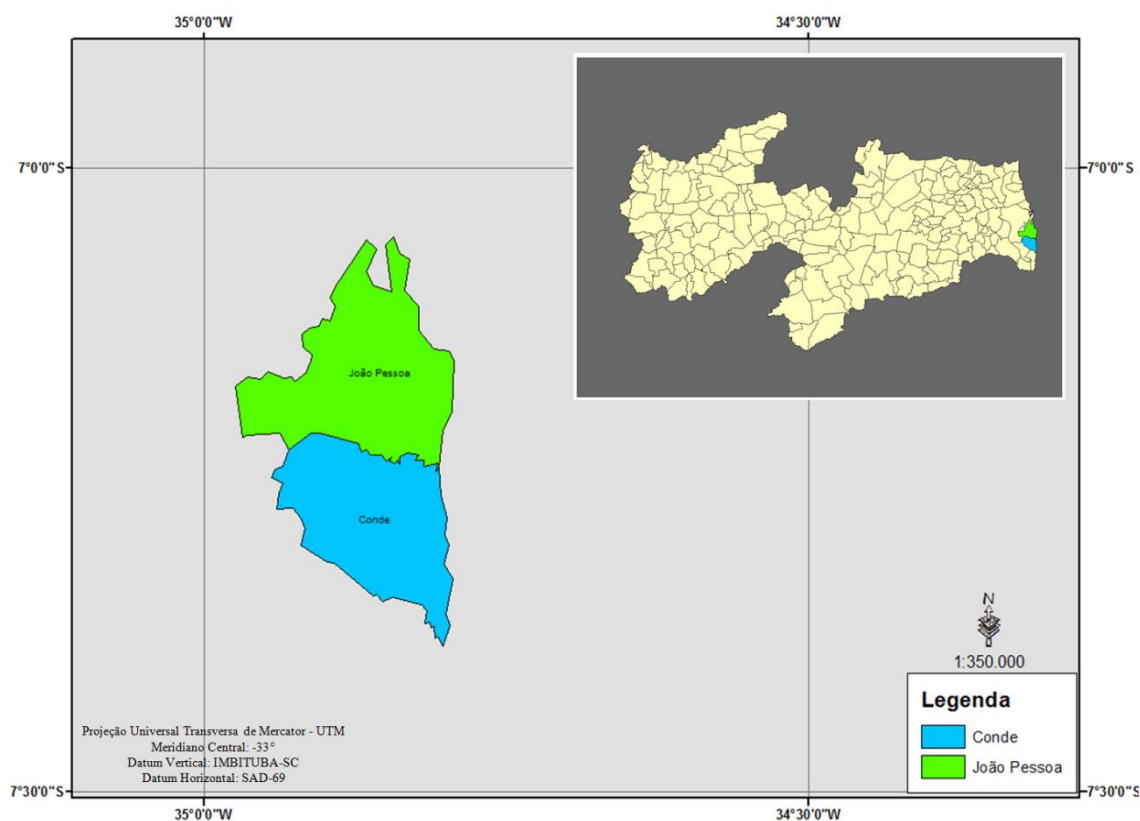


Figura 3 – Localização dos municípios com a sua posição em relação ao Estado da Paraíba.

Autor: José Jurandir Farias Júnior.

Fonte: Departamento Estadual de Estrada e Rodagem – DER/PB.



Figura 4 – Limite entre os municípios de João Pessoa e Conde - PB.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 22.08.2013.

Esta mesma rodovia ainda no município de João Pessoa perpassa pelo Centro de Convenções da cidade, obra que ainda não está totalmente concluída, e pelos bairros da Penha, Paratibe e Valentina e pela EMEPA-PB (figura 5) até chegar ao distrito de Jacumã.



Figura 5 – EMEPA/PB localizada nas margens da PB 008.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 22.08.2013.

O primeiro trecho desta rodovia foi inaugurado em 2002, ligando a capital paraibana ao distrito de Jacumã, com o intuito de facilitar o acesso às praias do litoral sul paraibano e também melhorar o transporte das famílias que ali residem.

BANDEIRA (2002, p.03) afirma ser impossível imaginar a civilização atual sem estradas. Entretanto, acrescenta que essas mesmas rodovias representam "um dos maiores males da civilização quanto aos impactos sobre o ambiente natural; causam problemas também ao meio antrópico".

O aumento do fluxo de pessoas observado após a inauguração do trecho "João Pessoa-Jacumã" (PB-008) pode agravar a situação descrita por COUTINHO (1999, p.12), de acordo com o autor, "o aumento do contingente populacional nessa área tem provocado consequências preocupantes aos ecossistemas, devido à introdução de usos conflitantes que oscilam entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e o manejo dos recursos naturais". No caso da PB 008, a expansão urbana e populacional já se constituía em uma preocupação mesmo antes da inauguração dessa rodovia.

O Distrito de Jacumã faz parte do Município do Conde e está localizado na região costeira, entre as coordenadas: 07° 16' 00'' e 07° 20' 00'' de latitude Sul e 34° 47' 36'' e 34° 49' 08'' de longitude Oeste, tendo uma área de aproximadamente 19.85 km² ou 1 985.54 hectares.

É neste distrito que se concentram as 8 praias do Município do Conde. São elas, no sentido norte-sul: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Barra do Graú. Destas, a mais conhecida é Tambaba, onde se permite a prática do naturismo, e as mais povoadas são Jacumã e Carapibus. A beleza cênica dessa parte do litoral do estado da Paraíba faz com que a atividade turística do município concentre-se nesse distrito.

3. A OCUPAÇÃO E USO DAS TERRAS MARGINAIS DA RODOVIA PB 008

As mudanças nos espaços rurais e urbanos são reflexos das mudanças no mundo do trabalho. É essa a dimensão observada nas margens da PB 008, onde se mesclam atividades de cunho camponês, vinculadas com a roça por uma heterogeneidade de trabalhadores, assalariados ou não, desempregados, posseiros, trabalhadores formais e informais na busca pela sobrevivência.

As margens de rodovias ou “beira de estrada” que aparentemente são “supérfluas” refletem neste espaço geográfico uma heterogeneidade de trabalhos. A rodovia PB 008, não diferente de outras rodovias do Brasil, apresenta essa heterogeneidade de trabalhos no espaço geográfico. Nela estão presentes os trabalhadores rurais que vivem e produzem na estrada como forma de garantir a sobrevivência de suas famílias.

No trecho abrangido por esta pesquisa, que vai de João Pessoa até o distrito de Jacumã, destaca-se a importância do Assentamento Barra de Gramame que oferece um grande suporte para as famílias que plantam na beira da estrada, ou seja, na área de reserva do Governo do Estado. Esse assentamento está subdividido em três agrovilas, são elas: Barra, Guachinduba e Porto.

Na história da luta pela consolidação do assentamento Barra de Gramame houve um conflito de grande proporção, marcado por violências entre as quais podemos destacar: ameaças de prisões, destruições de alguns tipos de lavouras e a perda de uma companheira chamada Severina Rodrigues de França, conhecida como “Bila”, assassinada em 30 de março de 1989.

O assentamento recebeu o nome de Barra de Gramame por estar localizado a poucos metros da praia da Barra e do rio que desemboca na praia, chamado Rio Gramame.

Este assentamento foi criado com a participação dos moradores que discutiram como seria a partilha das terras, cada um foi expondo as suas opiniões. A maior parte dos trabalhadores já era do município do Conde, poucas famílias vieram de outras cidades. O assentamento teve inicialmente 64 famílias e hoje já soma 78 famílias assentadas, numa propriedade de aproximadamente 1.092 hectares de terra.

Os auxílios destinados aos agricultores marginais pelos assentados de Barra de Gramame são: o uso do trator do assentamento para fazer a preparação das suas terras que se encontram na área de reserva; compartilhamento das sementes (feijão, milho) que são distribuídas pela prefeitura e ajuda na roça quando é preciso, pra fazer o plantio e a colheita das culturas.

Esses camponeses mantêm uma relação de bastante companheirismo. Sempre um dando suporte ao outro no que for possível. Nunca houve nenhum tipo de conflito entre eles

Entende-se que o processo de ocupação e uso dos espaços marginais das rodovias, caso da PB 008, revela a busca de sobrevivência de um conjunto complexo de trabalhadores nos espaços de reserva e que não são utilizados. São expropriados da terra, camponeses que encontram nesses espaços a possibilidade de sustento da família, são desempregados que encontram no uso da terra a possibilidade de plantio de alimentos para venda e subsistência.

Na área que envolve esta pesquisa estão instaladas 18 famílias que sobrevivem desta prática de agricultura de beira de estrada. Essas famílias se instalaram nessas áreas de reserva do governo por um motivo obvio, não diferente de outros agricultores do Brasil, qual seja: a necessidade de ter um espaço onde possam morar e produzir alimentos para a sua sobrevivência e comercialização. Tudo isso é consequência da não realização da Reforma Agrária no país, que deixa o pequeno camponês sem alternativas para estar e produzir na terra, levando esses trabalhadores a ocupar áreas que não estão destinadas ao uso.

Os agricultores marginais da PB 008 relataram que não existe nenhum tipo de fiscalização dessas terras pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PB), que é o órgão responsável por vistoriar as rodovias do Estado da Paraíba. De acordo com o Entrevistado 1:

“Não! Não! Eles não fiscalizam nada por aqui não! Só uma vez só que vieram, mais já faz muito tempo isso, e mandaram nois afastar um pouquinho da pista pra mode não causar acidente (ENTREVISTADO 1, Julho de 2013).”

Segundo o Entrevistado 1, o DER/PB passou nessas áreas apenas uma vez, para pedir que os trabalhadores que possuíam suas barracas expostas na estrada afastassem um pouco mais da pista por motivos de segurança, prevenindo acidentes.

Sendo assim, a pesquisa não identificou nenhum tipo de conflito ou transtorno entre os agricultores e o DER/PB, fazendo com que os trabalhadores não fiquem tão preocupados de serem expulsos a qualquer momento das terras que ocupam.

Os camponeses afirmaram também que não existe conflito entre eles. Ao contrário disso, a relação entre esses agricultores é de bastante companheirismo. Cada um produzindo no seu local, sem estar preocupado com as terras do vizinho.

Os trabalhadores rurais da PB 008 afirmaram que não participam de nenhum tipo de movimento de luta pela terra. Apenas frequentam uma vez ou outra as reuniões que acontecem na Associação do Assentamento Barra de Gramame (Figura 6), que fica localizada na agrovila de Guachinduba, para dar suporte às discussões feitas pelos assentados, que neste caso também não são envolvidos em nenhum tipo de movimento social.



Figura 6 – Associação dos Agricultores de Barra de Gramame Conde - PB.

Autor – Luan Simplicio.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

Conforme as entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais desta rodovia, foi possível identificar de onde essas famílias vieram, o tempo de produção na estrada, os tipos de produções, o destino dessas produções, o tamanho de suas áreas de cultivo, dentre outros elementos observados.

A figura 7, revela a origem dos trabalhadores marginais da PB 008, ou seja, de onde se deslocaram até chegar à área onde produzem.

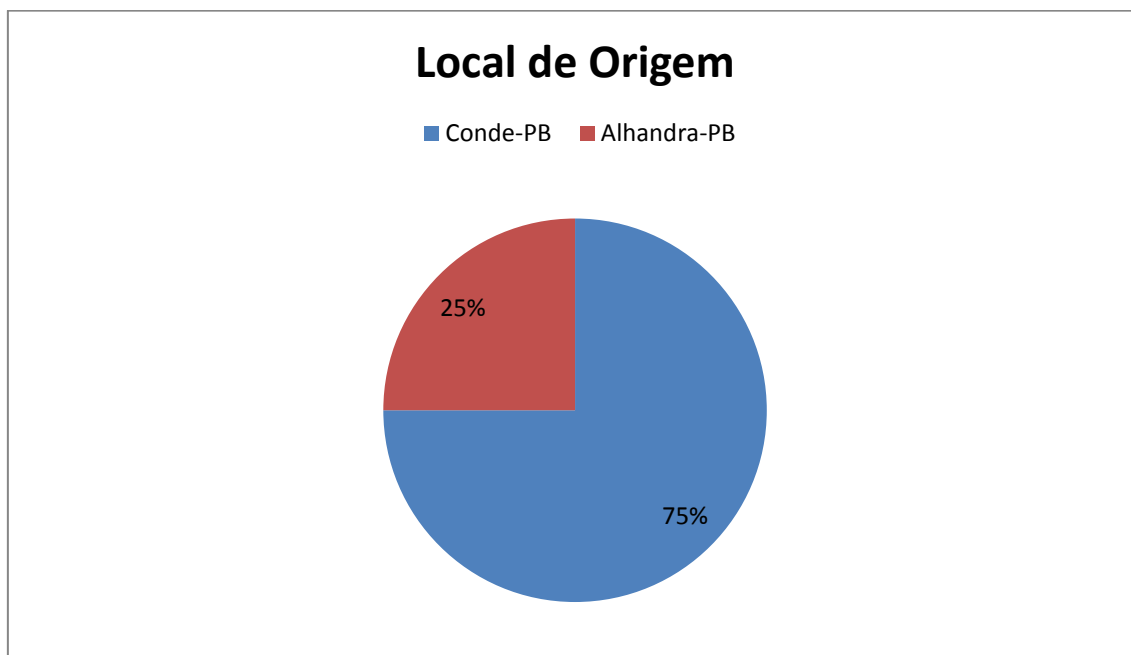


Figura 7: Local de origem dos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

De acordo com a figura 7, 75% dos trabalhadores rurais desta rodovia são de origem do próprio município do Conde-PB. Já cerca de 25% dos trabalhadores são do município vizinho Alhandra - PB. Neste caso, verifica-se uma predominância de trabalhadores que são naturais do próprio município do Conde - PB. A resposta pra este fato encontra-se primeiramente na inexistência de um local para os trabalhadores produzirem, o que os levou a buscar terras que ficassem mais próximas dos seus familiares. Dessa maneira, os trabalhadores foram se fixando e produzindo nessas terras a beira da estrada. Alguns dos trabalhadores antes de se instalarem nessas áreas trabalharam também no sacrificado corte da cana-de-açúcar, mais precisamente no município de Santa Rita – PB.

A figura 8 mostra o tempo de produção dos trabalhadores na estrada. Desde quando a via ainda não era pavimentada até os dias atuais.

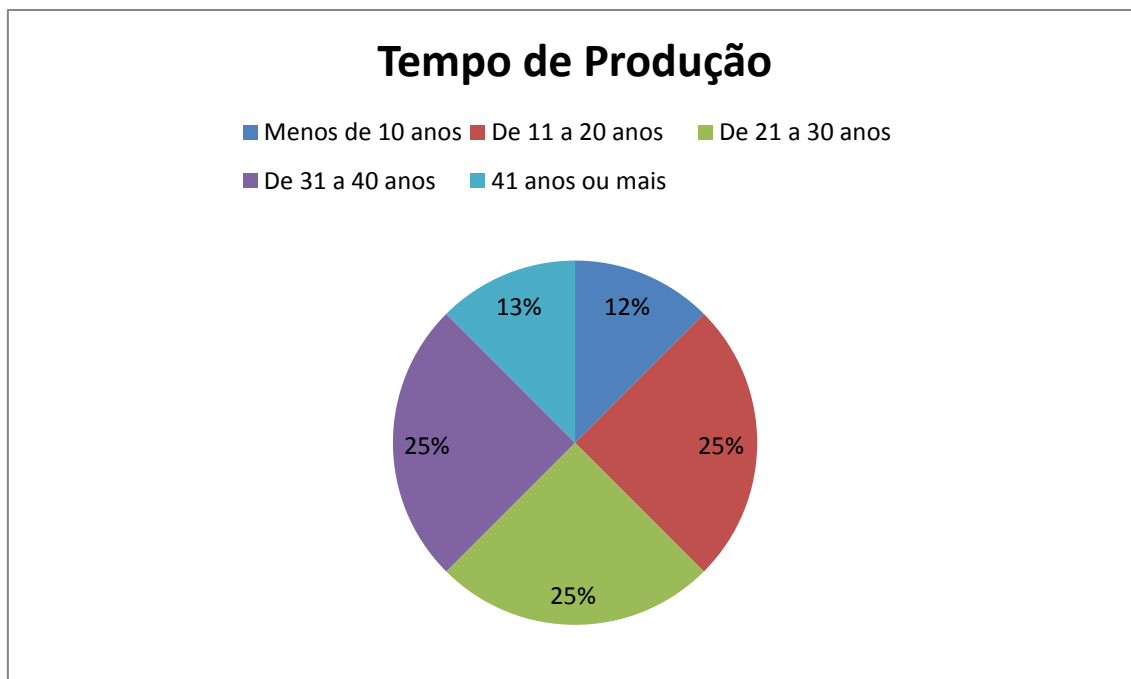


Figura 8: Tempo de produção dos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

A figura 8 aponta que 12% dos trabalhadores ocuparam a terra a menos de 10 anos, e que 25% já ocupam entre 11 a 20 anos. Os trabalhadores que ocupam a área de 21 a 30 anos representam um total de 25% dos entrevistados, assim como os que já ocupam a área de 31 a 40 anos também correspondem a 25% do total. Já 13% dos entrevistados ocupam a área a mais de 41 anos. Esse resultado indica que a prática agropecuária nessa rodovia não é algo recente, Pois esses agricultores já trabalhavam na PB 008 antes mesmo dela ter sido pavimentada, quando a via era apenas uma estrada de barro que ligava a capital paraibana até o Distrito de Jacumã.

A figura 9 apresenta os tipos de produções cultivadas por esses agricultores da rodovia PB 008.

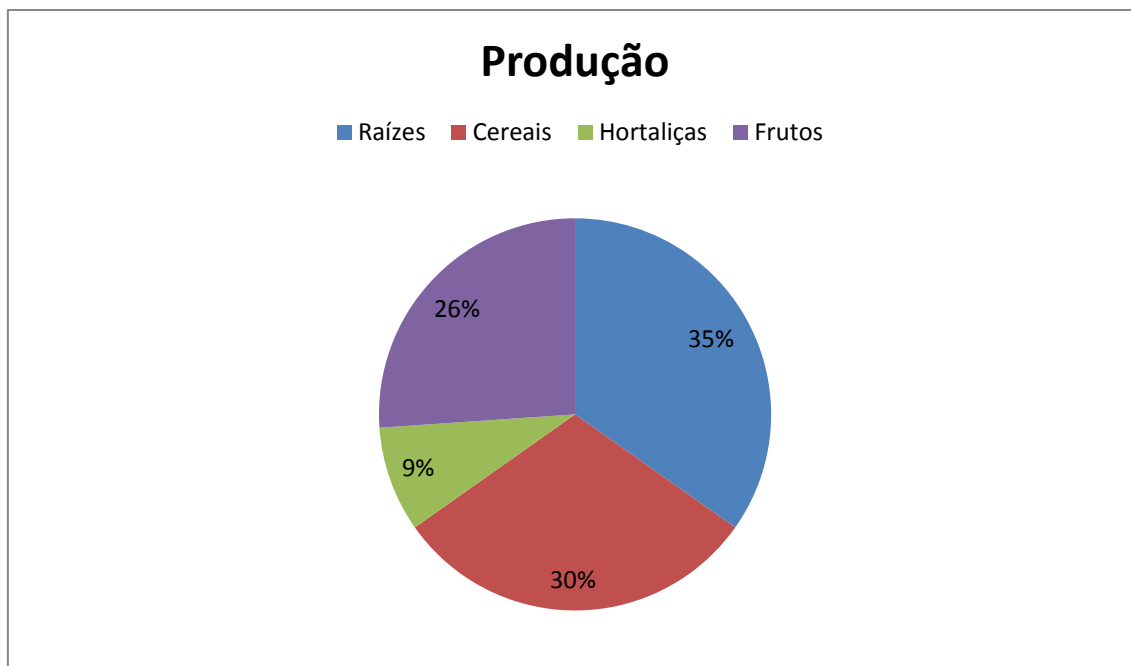


Figura 9: Tipo de produção cultivada pelos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

Os cultivos de raízes como inhame (Figura 10), macaxeira e batata doce somam um total de 35% da produção dos agricultores da PB 008. Os cereais como milho (Figura 11) e feijão apresentam 30% da produção dos entrevistados. Hortaliças como cebola, cenoura, tomate, beterraba, pimentão, quiabo, coentro, alface e repolho representam 9% da produção dos trabalhadores. Já 26% da produção está composta pelo cultivo de frutas como banana, manga, melancia, mamão, melão e jerimum. A policultura está presente na produção desses camponeses mesmo não tendo grandes quantidades de terras para plantar. Mesmo espremidos nas margens de uma rodovia, esses trabalhadores mostram que é possível sim, produzir uma diversidade de culturas.



Figura 10 – Plantação de inhame na área de reserva. Roça do entrevistado 1.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.



Figura 11 – Plantação de milho na área de reserva. Roça do entrevistado 3.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013

A figura 12 revela o destino da produção dos agricultores da rodovia PB 008. Onde esses trabalhadores comercializam suas produções.

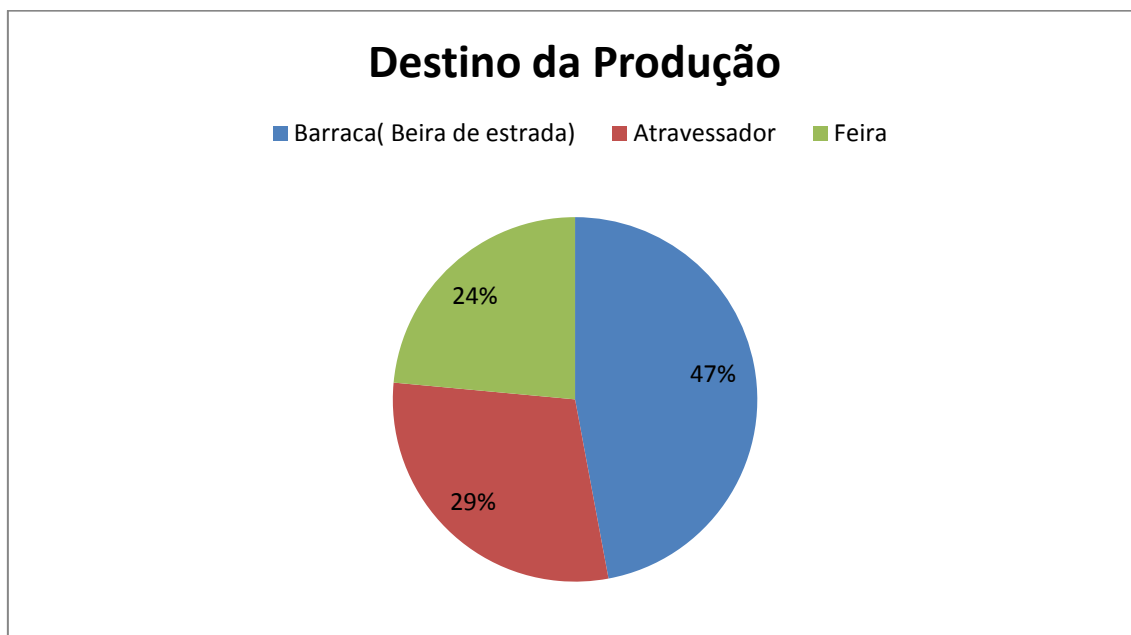


Figura 12: Destino da produção dos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

A maior parte da produção dos camponeses desta rodovia é destinada a comercialização na própria estrada (Figura 13). Dos entrevistados, um total de 47%, vendem seus produtos em uma barraca instalada na beira da estrada. Já 29% dessas produções são passadas para as mãos dos atravessadores. Por fim, 24% dessas produções são comercializadas nas feiras livres do Distrito de Jacumã, Conde, Alhandra e também comercializadas na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA). Essas comercializações são de extrema importância para a sobrevivência desses trabalhadores, pois a prática da venda de seus produtos é a principal fonte de renda das famílias na PB 008.



Figura 13 – Comercialização da produção nas barracas as margens da PB 008.

Autor – Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

A figura 14 demonstra a localização das barracas entrevistadas, essas coordenadas foram obtidas a partir do Global Position System (GPS) e tiveram esses dados inseridos no programa Google Earth.

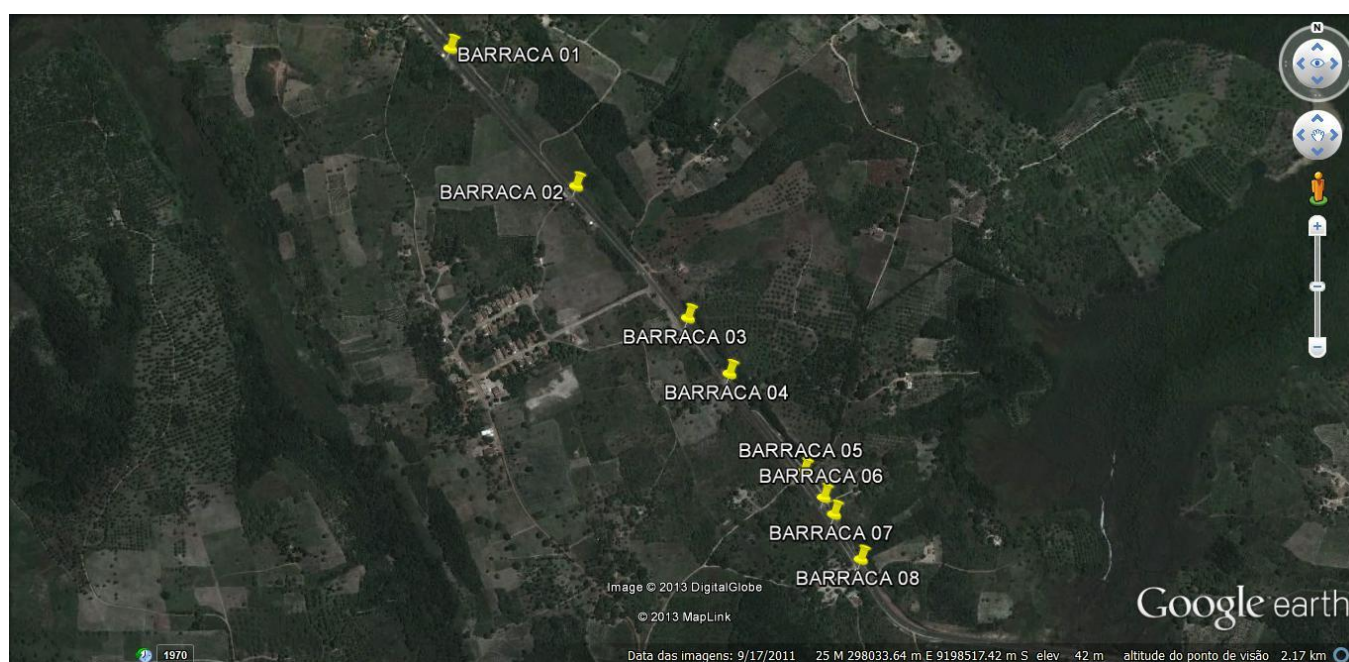


Figura 14 – Disposição das barracas na rodovia PB 008.

Autor: José Jurandir Farias Júnior.

Fonte: GPS Garmin 2011.

A figura 15 mostra os diferentes tipos de produção animal dos trabalhadores rurais da rodovia PB 008.

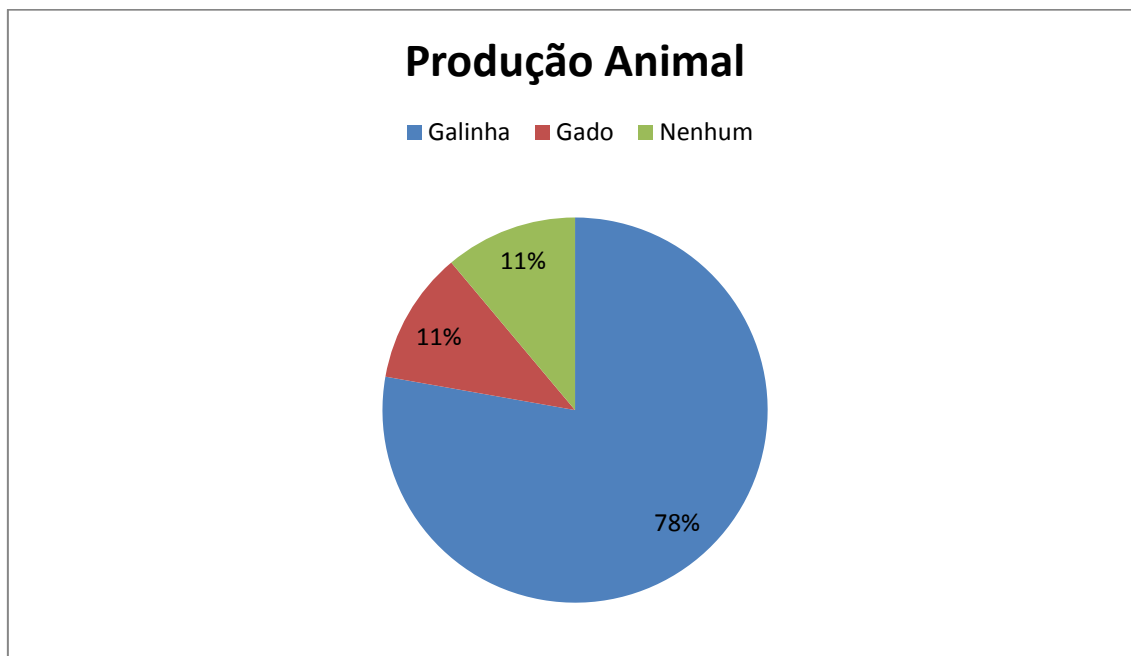


Figura 15: Produção animal dos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

A produção de galinha nas margens da PB 008 é bastante predominante, compondo 78% do total da produção dos trabalhadores entrevistados. Já o gado representa 11% da produção desses camponeses, e 11% dos entrevistados afirmaram que não criam nenhum tipo de animal. Essa produção animal na PB 008, de acordo com os entrevistados, está mais direcionada as suas próprias necessidades, ou seja, para seu próprio consumo. Algumas vezes comercializam apenas os ovos das galinhas, mas, a princípio, a criação animal desses trabalhadores é voltada para sua subsistência.

A figura 16 revela o tamanho da área de produção dos agricultores na rodovia PB 008, em quantos hectares esses trabalhadores estão produzindo.

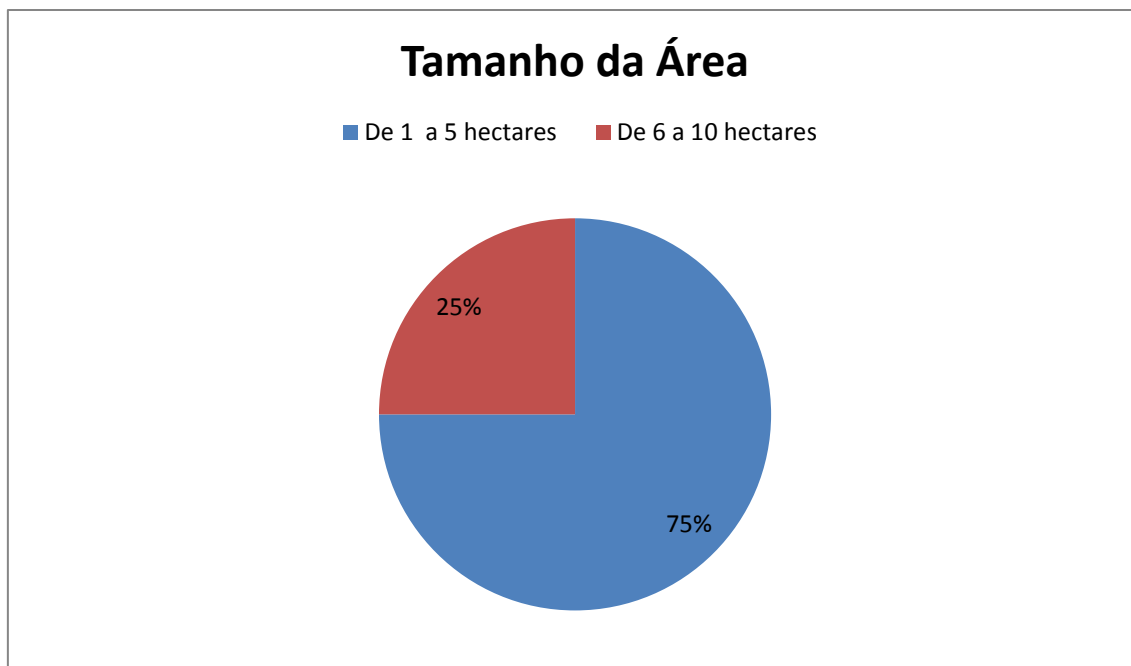


Figura 16: Tamanho da área de produção dos trabalhadores rurais da PB 008.

Autor: Ricardo Souza.

Fonte: Pesquisa de Campo as margens da PB 008 em 21.07.2013.

Como demonstram os dados coletados, Os agricultores com menos de 5 hectares de terra somam um total de 75% dos entrevistados. Já aqueles que produzem em áreas de 6 a 10 hectares de terra, representam 25% do total. Neste caso, observa-se que há uma predominância de famílias que produzem em áreas inferiores a 5 hectares. E, de outro lado, temos em uma minoria de agricultores que produzem em áreas que vão de 6 a 10 hectares. Ainda de acordo com as informações coletadas em campo, constatamos que não ocorreu, por parte dos trabalhadores, uma distribuição pré-definida das terras. Conforme as famílias fossem chegando elas ocupavam a área da forma que era possível. Porém, verificamos que os trabalhadores mais antigos são os que têm uma maior área de produção.

Essas entrevistas foram de suma importância para analisar-mos a forma como os agricultores marginais da PB 008 estão inseridos e trabalhando nas terras, conforme o manejo de cada um no cuidado com as áreas em que produzem. Vale salientar que suas produções são livres de agrotóxicos e fertilizantes, fazendo com que essas produções sejam saudáveis ao consumo da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, através desta pesquisa, a carência de terras por parte dos trabalhadores que plantam nas faixas de reserva do governo do estado da Paraíba, dentro do recorte espacial mencionado. Todo esse processo nos revela a intensa concentração de terras que ocorre no estado da Paraíba, bem como a procura incessante pela sobrevivência e/ou por terras para plantar algo por parte dos agricultores. Fica explícito o universo do trabalho, com seu modo polissêmico atrelado ao sistema capitalista de produção, que cada vez mais conquista lucros adquiridos pela avassaladora exploração do trabalho.

O processo de ocupação e uso dos espaços marginais das rodovias, caso da PB 008, expõe a busca por sobrevivência de um conjunto complexo de trabalhadores nos espaços públicos e não utilizados. Os sujeitos sociais que compõe a gama de trabalhadores que plantam nas áreas de reserva do governo são expropriados da terra, camponeses que encontram nesses espaços a possibilidade de sustento da família, são desempregados que encontram no uso da terra a possibilidade de plantio de alimentos para consumo, são antigos trabalhadores de cana-de-açúcar que trocaram o mundo da superexploração do trabalho no canavial pela possibilidade do uso dessas terras que ficam a beira da estrada.

As mudanças ocorridas nos espaços campestres e citadinos são espelhos das mudanças no mundo do trabalho. É essa a dimensão observada nas margens da PB 008, onde se mesclam atividades agrícolas, realizadas por uma heterogeneidade de trabalhadores, desempregados ou posseiros, formais ou informais na busca pela sobrevivência.

As produções de alimentos desenvolvidas nas faixas de domínio das rodovias compõem formas de luta pela *sobrevivência*, diferindo das formas de luta por *transformações* erguidas pelos movimentos sociais no campo. No entanto, mesmo sem organização política, corresponde a uma ação de *resistência* contra as formas injustas de organização da sociedade e do território. O uso e o trabalho na beira da estrada provocam reflexões acerca do papel da propriedade privada individual da terra na sociedade capitalista, assim o exemplo estudado nos direciona para além do clamor pela Reforma Agrária, induzindo a pensar em outros formatos de organização fundiária, baseado na apropriação coletiva e/ou comunitária da terra (MITIDIERO, 2010).

Trabalhadores em suas diferentes dimensões, cultivos ligados à prática da agricultura tradicional, terras que passam a ter valor de uso na garantia e complemento da renda e sobrevivência dos trabalhadores. Isso nos mostra a demanda de terra, bandeira da reforma agrária levantada pelos movimentos sociais, bem como o complexo universo do trabalho no limite entre ser assalariado ou não da cana-de-açúcar em um período e camponês/agricultor em outro; entre ser ambulante ou vendedor e roçar a terra, ou ainda, de já ter a terra, mas por esta ser pequena ter que aumentar os espaços de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. B.; CUNHA, J. S. **Agropecuária como condição de sobrevivência dos Trabalhadores nas margens da rodovia 235 em Sergipe**. Evento: V Simpósio Internacional de geografia Agrária - VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - Questões Agrárias na Panamazonia no Século XXI; UFPA. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha, ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo: São Paulo, 7ª Ed. 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A história concentração fundiária do Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP**. Revista Geografia em Questão V. 04, N. 01, 2011, p. 43-60.

IBGE – **Censo Agropecuário da Paraíba – 1970/2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/tabela_1_3_12.pdf Acesso em: 31 de Julho de 2013.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe**. Scientia Plena, Vol.3, NUM 1, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MENESES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho**. São Cristovão/SE: Dissertação de Mestrado/ NPGEOUFS, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre. ENG, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Agropecuária de beira de estrada: estudo preliminar sobre as práticas agropecuárias na faixa de domínio da rodovia federal BR 235, estado de Sergipe**. Anais XI Jornada do Trabalho. João Pessoa, 2010.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo: Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21. Jul/dez 2004, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Geografia Agrária: Perspectivas do início do século XXI – IN: **O campo no século XXI: território de visa, de luta e de construção da justiça social**. - Oliveira, Ariovaldo U. de, e Marques, Marta Inez Medeiros (orgs) – São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de Oliveira. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão-SE: NPGeo/UFS, 2007.

SHIMADA, Shiziele Oliveira de; CONCEIÇÃO, Alexandria Luz. **Cana-de-açúcar e a lógica do capital: uma análise a partir da região do Cotinguiba em Sergipe**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p.1-16.

SILVA, Lenyra Rique da. O novo Brasil agrário: modernização sem mudança? **In Do Senso-comum à Geografia Científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Marco Antônio. **A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate**. Revista de geografia agrária Campo-Território v.5, n.10, p. 148-167, ago. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A (des)ordem societária e territorial do trabalho.** – IN: **O campo no século XXI: território de visa, de luta e de construção da justiça social.** – Oliveira, Ariovaldo U. de, e Marques, Marta Inez Medeiros (orgs) – São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** Santiago de Compostela, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Se Camponês, Se Operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil.** Geografia e Trabalho no Século XXI. Presidente Prudente: Editorial centelha, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classes no Brasil).** São Paulo: revista Pegada. V.7, n.2, Nov 2006.

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba.** 4 ed. João Pessoa: Idéia, 2006, p. 140 – 141.

WOORTMANN, Klass. **“Com parente não se neguecia”. O campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico/87, Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.